

**UFSJ – UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI
CURSO DE FILOSOFIA**

Nádyia Maria Pinto

**A nova BNCC do Ensino Médio: uma reflexão a partir de
Axel Honneth**

**São João del-Rei – MG
Dezembro de 2019**

UFSJ – UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI
CURSO DE FILOSOFIA

Nádyá Maria Pinto

A nova BNCC do Ensino Médio: uma reflexão a partir de
Axel Honneth

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito para obtenção de créditos
referentes à unidade curricular Monografia.

São João del-Rei – MG

Dezembro de 2019

NÁDYA MARIA PINTO

**A nova BNCC do Ensino Médio: uma reflexão a partir de Axel
Honneth**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito para obtenção de créditos
referentes à unidade curricular Monografia.

São João del-Rei, _____ de _____ de
_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Fabio de Barros Silva (orientador)
DFIME/UFSJ

Prof. Dr. Cássio Corrêa Benjamin (avaliador)
DFIME/UFSJ

Prof.^a Ms. Maria José Netto Andrade (avaliadora)
DFIME/UFSJ

Prof. Dr. Rogério Antônio Picoli (suplente)
DFIME/UFSJ

Ao meu avô, por sempre me apoiar em vida e
por hoje olhar por mim, aonde quer que esteja.

AGRADECIMENTOS

À Deus, por ser meu refúgio nos momentos de dificuldade.

À minha família, por me apoiarem em toda a minha caminhada.

Aos meus amigos, por dividirem comigo a ansia e o medo da formatura.

Ao Victor, por ser companheiro e estar sempre presente.

Aos professores que passaram por toda a minha formação, por serem exemplos de profissionais e educadores.

Ao meu orientador, Prof. Fabio, por se mostrar sempre disposto a me ajudar em todo esse processo, pelos incentivos e correções.

RESUMO

Tendo em vista que a educação brasileira vive um momento de grandes mudanças por meio das constantes reformulações de documentos e leis que a regem, pesquisa-se sobre como a nova Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio tem se preocupado em atingir, acolher e trabalhar as diversidades que formam a nossa sociedade, a fim de pensarmos se a educação está realmente atingindo os pilares da democracia, da igualdade e da inclusão. Para tanto, é necessário fazer essa investigação à luz de Axel Honneth, principalmente da sua Teoria do Reconhecimento, já que um dos objetivos do Reconhecimento é exatamente dar voz às minorias. Diante disso, verifica-se que apesar da BNCC mencionar de forma geral o estudo e o acolhimento às diversidades, o documento se mostra utópico diante da realidade das escolas. O que impõe a constatação de que a nova BNCC do Ensino Médio apesar de se relacionar com a Teoria do Reconhecimento, no fundo não está pensando nos desafios reais de uma educação democrática, igualitária e inclusiva.

Palavras-chave: EDUCAÇÃO, RECONHECIMENTO, DIVERSIDADE.

ABSTRACT

In view of the fact that Brazilian education is undergoing a moment of great change in the midst of constant reformulations of documents and laws governing it, research on how the new Common National Curriculum Base of High School has been concerned with reaching, welcoming and working the diversities that form our Society, to think about whether education is really reaching the pillars of democracy, equality and inclusion. Therefore, it is necessary to do this research in the light of Axel Honneth, especially his Recognition Theory, since one of the objectives of Recognition is precisely to give voice to minorities. Given this, it appears that although the BNCC generally mentions the study and acceptance of diversity, the document is utopian in view of the reality of schools. This leads to the realization that the new High School BNCC, despite being related to the Theory of Recognition, is not really thinking about the real challenges of a democratic, egalitarian and inclusive education.

Keywords: EDUCATION, RECOGNITION, DIVERSITY.

SUMÁRIO

1. Introdução	8
2. A Teoria do Reconhecimento em Axel Honneth	9
3. A nova Base Nacional Comum Curricular	14
4. A BNCC do Ensino Médio e o conceito de Reconhecimento	18
5. Conclusão	31
REFERÊNCIAS	33

1. Introdução

A educação deve formar e fortalecer os indivíduos para combater as discriminações e preconceitos de todo tipo. A escola deve se mostrar como um ambiente que acolha e trabalhe com as diversidades existentes e, também, trabalhar com uma educação política para que os alunos reflitam sobre as bases que sustentam as opressões dentro da sociedade e a dominação social. Além disso, a escola deve mostrar aos alunos como a nossa sociedade é multicultural e diversificada. Por isso a importância de prezarmos por princípios democráticos, igualitários e inclusivos desde a educação básica. Para que as crianças e jovens desde cedo, dentro de casa e também nas escolas, aprendam a respeitar e entender as diversidades presentes em todo o meio social.

Por isso, é importante entendermos como a nova Base Nacional Comum Curricular abrange as diversidades existentes, prezando por uma educação voltada para princípios democráticos, inclusivos e igualitários, principalmente no Ensino Médio, que é nosso objeto de estudo.

Dessa forma, estudar o Ensino Médio, no que diz respeito ao seu modo de funcionamento pela BNCC, pode produzir conhecimentos não apenas sobre a escola, mas também sobre a estrutura da sociedade, revendo os conceitos de democracia e igualdade. Isso se deve ao intuito de esclarecer aspectos da vida escolar, relacionados com as diversidades presentes na escola e com a ideia de Reconhecimento.

Como referência teórica para o estudo da BNCC foi escolhida a Teoria Crítica de Axel Honneth, principalmente sua Teoria do Reconhecimento. Essa decisão se deve ao fato da Teoria do Reconhecimento se constituir em uma teoria social que busca a construção de uma sociedade justa e democrática. Como afirma Giovinazzo-Jr. (2015, p. 5) “[...] a produção de conhecimento que não tenha como fim a transformação social contribui para a perpetuação da ordem existente, marcada pela dominação social e a exploração econômica dos mais fortes sobre os mais fracos”.

2. A Teoria do Reconhecimento em Axel Honneth

Axel Honneth em seu livro *Luta por reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais* (2003) propõe desenvolver os fundamentos de uma teoria social normativa partindo do modelo conceitual hegeliano de uma “luta por reconhecimento”. O filósofo apresenta três formas de reconhecimento (amor, direito e solidariedade) que correspondem a três tipos de despeito, cuja experiência pode influenciar o surgimento de conflitos sociais, que veremos adiante.

Para desenvolver sua Teoria do Reconhecimento, Honneth apresenta a ideia de reconhecimento proposta por Hegel, que é um dos pensadores em que ele se inspira para escrever a sua teoria de reconhecimento. Os *escritos de Jena* representam a fase do jovem Hegel, na qual ele expõe a luta por reconhecimento intersubjetivo como parte indispensável para que o indivíduo seja um sujeito social autônomo.

Em sua obra *Fenomenologia do Espírito*, Hegel tentava entender a lógica do reconhecimento. Para ele, o reconhecimento gerava a liberdade e só haveria um se houvesse o outro. Ele fundamenta tal argumento ao dizer que a conquista da liberdade de autorrealizar-se se dá pela relação que o “eu” constrói com o outro. É o que se pode notar em Hegel:

A consciência-de-si é em si e para si quando e porque é em si e para si para uma Outra; quer dizer, só é como algo reconhecido. O conceito dessa sua unidade em sua duplicação, [ou] da infinitude que se realiza na consciência-de-si, é um entrelaçamento multilateral e polissêmico. Assim seus momentos devem, de uma parte, ser mantidos rigorosamente separados, e de outra parte, nessa diferença, devem ser tomados ao mesmo tempo como não-diferentes, ou seja, devem sempre ser tomados e reconhecidos em sua significação oposta. O duplo sentido do diferente reside na [própria] essência da consciência-de-si: [pois tem a essência] de ser infinita, ou de ser imediatamente o contrário da determinidade na qual foi posta. O desdobramento do conceito dessa unidade espiritual, em sua duplicação, nos apresenta o movimento do reconhecimento. (HEGEL, 1992, p. 63)

Assim, em Hegel, o reconhecimento se dá por meio da relação entre o eu e o outro, pois é nesse encontro que as identidades se constroem. Pois, a consciência-de-si é independente e dependente ao mesmo tempo, criando uma relação de dominação e escravidão. Para melhor explicar essa relação, Hegel vale-se do exemplo do senhor e do escravo. O senhor, na tentativa de dominar o escravo e de se mostrar como superior, descobre ser dependente do seu domínio frente ao escravo.

Na relação entre o senhor e o escravo existe uma assimetria de poder, pois o senhor só é dominador devido a condição de servidão do escravo, é uma relação desigual na qual não existe um reconhecimento social verdadeiro. Segundo Hegel, o reconhecimento só é verdadeiro quando a relação social é igual, “Eu que é Nós, e Nós que é Eu” (HEGEL, 1992, p. 125). Para que isso aconteça, o filósofo acredita que o indivíduo só deve fazer ao outro aquilo que ele deseja para si próprio, como forma de manter um reconhecimento simétrico.

Na *Fenomenologia do Espírito*, Hegel desvenda a luta por reconhecimento a partir do ideal de uma perfeita reciprocidade das relações intersubjetivas. No entanto, ele acaba centrando em um ideal teórico utópico, diferente do que ele apresenta em *Princípios da Filosofia do Direito*, no qual ele se volta ao mundo objetivo de uma sociedade liberal com a tentativa de garantir a vontade particular com a ideia do todo social (FLICKINGER, 2008, p. 13).

Em *Princípios da Filosofia do Direito*, Hegel assume e apresenta o seu sistema de eticidade formado por três esferas de interação e reprodução social: a família, a sociedade civil e o Estado. Com base nessas três esferas é que Honneth apresenta as três esferas do reconhecimento: o amor, o direito e a solidariedade.

No entanto, Honneth quer reformular as estruturas do reconhecimento propostas por Hegel. O modelo de Hegel parte da sua concepção de que a identidade do “eu” só é completa quando dois indivíduos se reconhecem. Porém, Honneth acredita que para uma teoria social normativa esse fundamento não é suficiente, visto que para além desse processo de reconhecimento entre dois indivíduos existe o reconhecimento próprio e a tentativa de fazer-se reconhecido, que pode resultar em conflitos. Ele também mostra a necessidade de reconstruir a tese de Hegel com um olhar da psicologia social de George H. Mead.

Em Mead, a ideia de reconhecimento surge como sua tentativa de explicar a formação da mente e linguagem humana a partir de uma teoria comportamentalista. O comportamento e a linguagem humana, conforme Mead, são formados por meio da relação entre o “me” e o “eu”. O “me” seria a parte social da pessoa, o lado dela que tem contato com o mundo, e o “eu” seria a parte observadora e individual. Essas duas partes juntas formam o sujeito e dita seus comportamentos. Na análise de Bunchafft,

Mead pondera que o ser humano tem a capacidade de produzir em si o sentido que sua ação possui para o outro, sendo tal atributo decorrente dos símbolos

significantes. Para expressar tal potencialidade, parte da distinção entre *I* e *Me*. O *I* é a esfera da espontaneidade que propicia a atuação do indivíduo frente à situação social, respondendo à constituição social por meio de impulsos e de respostas originais. Corresponde a um reservatório de energias psíquicas, o domínio das possibilidades inesgotadas de identidade.

O *Me*, por sua vez, é a adoção da atitude dos outros, cujas perspectivas atingem a conduta de cada um. Nas palavras de Honneth, o *Me* descrito pelo autor pragmatista representa *as normas convencionais que o sujeito procura constantemente ampliar por si mesmo, a fim de poder conferir expressão social à impulsividade e criatividade do seu Eu* (Mead, 1980 *apud* Honneth, 2003, p. 141). Mead (1980 *apud* Honneth, 2003) desenvolve uma perspectiva analítica na qual o processo de evolução moral das sociedades prevê uma dialética moral, em que os impulsos espontâneos do *I* reagem às normas convencionais do *Me*, de forma a suscitar um processo contínuo de expansão das relações de reconhecimento. (BUNCHAFFT, 2014, p. 149)

Portanto, com a inclusão da teoria social de Mead, a ideia que “o jovem Hegel traçou em seus escritos de Jena com rudimentos geniais pode se tornar o fio condutor de uma teoria social normativa” (HONNETH, 2003, p. 155). Assim, reconstruindo a teoria de reconhecimento de Hegel e buscando em Mead uma atualização conceitual, Honneth formulará as três esferas do reconhecimento.

Segundo Honneth, a identidade dos indivíduos se dá por um processo intersubjetivo mediado pelo reconhecimento. Ou seja, só existe a formação das identidades dos indivíduos quando estes são reconhecidos e aceitos nas relações com o próximo, na convivência em sociedade e na prática institucional. Essas três dimensões são as esferas que estão presentes no reconhecimento por meio do amor, da solidariedade e do direito.

A esfera do amor compreende as relações amorosas, as ligações emotivas fortes entre dois parceiros, amigos ou pais e filhos. Quando o reconhecimento é bem sucedido nessa esfera o indivíduo se torna autoconfiante. A respeito disso, Honneth (2003, p. 160) afirma:

Para Hegel, o amor representa a primeira etapa de reconhecimento recíproco, porque em sua efetivação os sujeitos se confirmam mutuamente na natureza concreta de suas carências, reconhecendo-se assim como seres carentes: na experiência recíproca da dedicação amorosa, dois sujeitos se sabem unidos no fato de serem dependentes, em seu estado carencial, do respectivo outro.

No entanto, toda relação amorosa está ligada à condição de simpatia e atração. Esses sentimentos não se aplicam a outros indivíduos que se encontram fora das relações primárias da pessoa. Por essa razão, surge a esfera jurídica:

Para o direito, Hegel e Mead perceberam semelhante relação na circunstância de que só podemos chegar a uma compreensão de nós mesmos como

portadores de direitos quando possuímos, inversamente, um saber sobre quais obrigações temos de observar em face do respectivo outro: apenas da perspectiva normativa de um "outro generalizado", que já nos ensina a reconhecer os outros membros da coletividade como portadores de direitos, nós podemos nos entender também como pessoa de direito, no sentido de que podemos estar seguros do cumprimento social de algumas de nossas pretensões. (HONNETH, 2003, p. 179).

Dessa maneira, só conseguimos reconhecer nossos direitos quando olhamos para o outro e vemos nesse outro os direitos que ele possui ou deveria possuir. Ou seja, a esfera do direito diz respeito aos direitos de cidadania. Quando o reconhecimento nessa esfera é bem sucedido há o desenvolvimento do autorrespeito.

Honneth, porém, percebe que além dos afetos (esfera do amor) e dos direitos (esfera jurídica) deve haver uma estima mútua entre os indivíduos devido aos valores partilhados por esses sujeitos, promovendo uma autoestima nos indivíduos. Seria esta, então, a esfera da solidariedade:

(...) para poderem chegar a uma auto-relação infrangível, os sujeitos humanos precisam ainda, além da experiência da dedicação afetiva e do reconhecimento jurídico, de uma estima social que lhes permita referir-se positivamente a suas propriedades e capacidades concretas. (HONNETH, 2003, p. 198).

Para Honneth, o indivíduo precisa experimentar todas as esferas do reconhecimento para conseguir desenvolver sua identidade pessoal e autonomia. No entanto, o reconhecimento não é resultado de uma generosidade gratuita, mas de uma luta. A luta, contudo, é diferente em cada esfera de reconhecimento e se torna mais forte, mais aguerrida, quando o reconhecimento é negado.

Na esfera do amor, o reconhecimento é negado quando existe uma violação da integridade do corpo e quando ele é desrespeitado. Na esfera do direito, por sua vez, a negação ocorre no momento em que os direitos de algum indivíduo ou grupo social são negados e/ou diminuídos. Finalmente, na esfera da solidariedade a negação de reconhecimento resulta da degradação moral e da degradação da dignidade pessoal. É o que demonstra Honneth:

Portanto, se aqui, na relação jurídica e na comunidade de valores, as finalidades individuais estão abertas em princípio para universalizações sociais, então ali na relação do amor, elas estão encerradas de modo necessário nos limites estreitos de uma relação primária. Dessa delimitação categorial já resulta um primeiro conceito preliminar e rudimentar do que deve ser entendido por luta

social no contexto de nossas considerações: trata-se do processo prático no qual experiências individuais de desrespeito são interpretadas como experiências cruciais típicas de um grupo inteiro, de forma que elas podem influir, como motivos diretores da ação, na exigência coletiva por relações ampliadas de reconhecimento. (HONNETH, 2003, p. 256-257)

Porém, é preciso entender que o processo de busca por reconhecimento não é tarefa fácil, e é por isso que surgem os conflitos. A partir do momento que o indivíduo se reconhece como sujeito merecedor de direitos, ele começa a busca pelo reconhecimento do outro para ter seus direitos garantidos. A ideia de reconhecimento é um movimento intersubjetivo e social, pois, ao mesmo tempo, é necessário que o indivíduo tenha consciência de si e enxergue o outro como igual, como merecedor de direitos. É nesse movimento de se reconhecer e reconhecer o outro que a sua identidade é formada. Contudo, Honneth adverte:

[...] se tentamos apreender o processo de surgimento de lutas sociais dessa maneira, elas têm a ver com a experiência do reconhecimento não só no aspecto mencionado: a resistência coletiva, procedente da interpretação socialmente crítica dos sentimentos de desrespeito partilhados em comum, não é apenas um meio prático de reclamar para o futuro padrões ampliados de reconhecimento. Como mostram as reflexões filosóficas, a par das fontes literárias e da história social, o engajamento nas ações políticas possui para os envolvidos também a função direta de arrancá-los da situação paralisante do rebaixamento passivamente tolerado e de lhes proporcionar, por conseguinte, uma auto-relação nova e positiva. A razão dessa motivação secundária da luta está ligada à própria estrutura da experiência de desrespeito. (HONNETH, 2003, p. 259)

Assim, o indivíduo ao começar a ter consciência de si, ao se reconhecer, ele busca a garantia dos seus direitos. Para isso, ele precisa que o outro, o que detém o poder, tenha consciência da situação e passe a reconhecê-lo como indivíduo. Porém, na maioria das vezes, esse movimento de busca por reconhecimento é marcado por conflitos e luta, pois o dominador não quer desfazer dos seus privilégios.

Conseguimos ver a importância da luta por reconhecimento nos dias atuais quando olhamos para os movimentos sociais e políticos compostos pelas minorias, sejam negros, mulheres, LGBTQ+, deficientes e pobres. Todos esses grupos procuram uma forma de terem seus direitos garantidos e de serem ouvidos. Um exemplo dessa luta é a política de cotas para negros e pardos. Os negros mesmo sendo maioria da sociedade sempre foram minoria no Ensino Superior. A política de cotas foi e é uma ação necessária para garantir aos negros um reparo pela desigualdade social desse grupo em relação aos brancos. Segundo o IBGE, por meio dos resultados de uma pesquisa anunciada em novembro de 2019, no ano de 2018 os negros foram a maioria dentro das universidades

públicas pela primeira vez, representando um total de 50,3% (somando negros e pardos)¹. Essa pesquisa possui várias ressalvas. Porém, nossa intenção é apenas mostrar como a política de cotas se mostra como uma ferramenta no processo de luta por reconhecimento. Em Honneth, a nosso ver, a discussão acerca da luta desses grupos minoritários encontra um apoio teórico para realizarem sua luta.

Dessa forma, para Honneth, na sociedade moderna, os sujeitos podem esperar que os valores que orientam as esferas do reconhecimento sejam efetivados. Todo indivíduo tem o direito de viver as esferas do reconhecimento e, por consequência, ter sua identidade formada e preservada. Quando o indivíduo se vê com problemas de efetivação em alguma esfera de reconhecimento ele se percebe injustiçado. São as injustiças criadas pela falta de reconhecimento que Honneth acredita serem a base para as lutas por reconhecimento. Pois, para ele, diante das injustiças e das expectativas frustradas surgem as mobilizações em busca de transformações sociais.

3. A nova Base Nacional Comum Curricular

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo e define um conjunto de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo da Educação Básica. Além disso, é um documento regido respeitando o Plano Nacional de Educação (PNE), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB nº 9.394/1996) e as Diretrizes Nacionais da Educação Básica (DCN).

Como o próprio documento enuncia:

[...] está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentada nas Diretrizes Curriculares da Educação Básica (DCN). (BRASIL, 2018, p. 7)

Ao definir os princípios citados acima, a BNCC visa a uma sociedade pautada em ideais de uma educação libertadora, além de mostrar a importância de uma aprendizagem que atinja a todos de forma igualitária.

O conjunto de aprendizagens definido pela BNCC baseia-se na exposição de competências, habilidades, atitudes e valores a serem desenvolvidos e cultivados pelos

¹ O resultado da pesquisa pode ser consultado em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25989-pretos-ou-pardos-estao-mais-escolarizados-mas-desigualdade-em-relacao-aos-brancos-permanece>>.

indivíduos durante sua vida escolar. Na BNCC os termos “competências, habilidades, atitudes e valores” são apresentados da seguinte maneira:

[...] competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho. (BRASIL, 2018, p. 8)

Nota-se, aqui, que, mais uma vez, a BNCC reconhece a importância de uma educação que resulte em uma sociedade mais humana e justa.

Uma importante característica da BNCC reside no vínculo proposto entre todas as etapas da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) por meio das “competências gerais da Educação Básica”. Cada etapa da Educação Básica se articula uma com as outras por meio dessas competências gerais.

As competências 1, 4 e 10 tendem a promover uma educação democrática e inclusiva. Esse resultado é esperado por meio de aprendizagens que respeitem as diferenças, os conhecimentos já construídos, se baseando em princípios éticos. (BRASIL, 2018, p. 9-10):

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras e escrita), corporal, visual, sonora e digital -, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.

10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

No que diz respeito a uma educação crítica as competências 2, 5 e 7 falam da importância de aprendizagens que desenvolvam nos alunos o pensamento crítico e reflexivo, respeitando os diversos pontos de vista. (BRASIL, 2018, p. 9-10):

2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.

5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

As competências 3, 6, 8 e 9 apresentam a importância da valorização e acolhimento das diversidades dos indivíduos e grupos sociais. (BRASIL, 2018, p. 9-10):

3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.

6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.

9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

Após ler todas as “competências gerais da Educação Básica” fica nítido que todas elas visam, de alguma maneira, à promoção de uma educação mais inclusiva, crítica e igualitária.

No entanto, é necessário mencionar o que diz Carvalho (2005) a respeito do conceito de competências:

O discurso da *pedagogia das competências* embora anuncie a liberdade e a cidadania como supostos, materializa políticas e práticas educativas que reforçam as desigualdades sociais e a alienação. Sua contribuição não consegue apanhar e realizar a crítica ao processo mercantilização da educação e à substituição do conceito de igualdade de condições pelo de igualdade de oportunidades, ou seja, a imposição da *equidade*. Contribui para reafirmar a dualidade estrutural que permeia toda a história da educação brasileira e que, como resultado da divisão técnica do trabalho sob o capitalismo, produziu sistemas escolares que reforçaram e produziram uma *formação para o pensar e outra para o fazer*. (Grifos do autor, p.10)

Assim, parece-nos que a ideia de competências e habilidades é desenvolvida na educação de forma contraditória, pois, ao mesmo tempo que a BNCC apresenta competências e discursos voltados para uma educação humanizadora, o significado que carrega os conceitos de habilidades e competências são de um discurso que prega a alienação e a razão instrumental, desumanizando os processos educativos.

Como citado anteriormente, a BNCC é norteada por marcos legais, como a Constituição Brasileira que no seu artigo 210 menciona a importância de nos conteúdos fixos para o Ensino Fundamental haver o respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais. A LDB 9.394/1996 que preza pela existência de um currículo com parte comum e diversificada. A parte diversificada é responsabilidade de cada sistema de ensino, que deve formulá-lo com base nas características próprias de sua localidade e região. E a CNE/CEB nº 7/2010 que apresenta a importância de no currículo haver a inclusão e valorização das diferenças, respeitando e atendendo as diversidades culturais e as várias manifestações de cada comunidade (BRASIL, 2018, p. 10-11).

Outra característica da BNCC que devemos mencionar é o seu compromisso com a educação integral. O documento ressalta a relevância de considerar as diversidades existentes na sociedade brasileira e, portanto, no meio escolar. Por isso, segundo a BNCC, é necessário promover uma educação voltada ao acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno dessas diversidades. Além disso, a escola deve ser um espaço democrático e inclusivo, fortalecendo a importância do respeito às diferenças e diversidades. Assim, o documento se compromete a promover uma educação sob os pilares da igualdade, diversidade e equidade.

Em relação aos currículos, a BNCC ressalta a importância de currículos que atendam às necessidades do grupo regional, passando por todas as modalidades de ensino (Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação Escolar Quilombola, Educação à Distância). Para isso, os sistemas de ensino possuem autonomia para adequar seus currículos e, assim, atender as necessidades e diversidades dos seus alunos.

Dessa maneira, parece-nos, que o princípio maior da Educação Básica, segundo a BNCC, é uma formação humana integral que vise à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

4. A BNCC do Ensino Médio e o conceito de Reconhecimento

No que diz respeito à etapa do Ensino Médio, a BNCC destaca as diversidades existentes na sociedade. O documento menciona, principalmente, as diversidades presentes no meio dos adolescentes e jovens. Por isso, o Ensino Médio deve trabalhar de forma inclusiva para atender as individualidades e diversidades desses jovens.

Dessa maneira, como o próprio documento cita, é importante que a escola atenda e entenda a pluralidade dos jovens, reconhecendo-os como participantes ativos da sociedade. Assim, compreende-se como a sociedade também é plural e diversa.

Para que a escola acolha as diversidades faz-se necessário tornar os jovens estudantes em protagonistas dos seus próprios processos de aprendizagens. Por meio desses processos, os jovens se formarão de maneira crítica e reflexiva, capazes de entender a realidade que os cerca.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/1996), no seu artigo 35, apresenta como uma das finalidades do Ensino Médio:

III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico.
(BRASIL, 1996, Art. 35)

Assim, o Ensino Médio quando procura aprimorar o educando como pessoa humana, deve considerar os seguintes pontos (BRASIL, 2018, p. 466-467):

- Conhecer-se e lidar melhor com seu corpo, seus sentimentos, suas emoções e suas relações interpessoais, fazendo-se respeitar e respeitando os demais;
- Compreender que a sociedade é formada por pessoas que pertencem a grupos étnico-raciais distintos, que possuem cultura e história próprias, igualmente valiosas, e que em conjunto constroem, na nação brasileira, sua história;
- Promover o diálogo, o entendimento e a solução não violenta de conflitos, possibilitando a manifestação de opiniões e pontos de vista diferentes, divergentes ou opostos;
- Combater estereótipos, discriminações de qualquer natureza e violações de direitos de pessoas ou grupos sociais, favorecendo o convívio com a diferença;
- Valorizar sua participação política e social e a dos outros, respeitando as liberdades civis garantidas no estado democrático de direito; e
- Construir projetos pessoais e coletivos baseados na liberdade, na justiça social, na solidariedade, na cooperação e na sustentabilidade.

Como se pode ver, todos os pontos citados acima afirmam a importância do reconhecimento das diversas culturas e etnias. Além disso, promovem o respeito aos grupos sociais nas suas diversidades, combatendo qualquer tipo de preconceito.

Ademais, a BNCC afirma que a escola deve se mostrar como uma instituição capaz de proporcionar aos seus alunos o reconhecimento como sujeitos sociais. E, também, ensinar os alunos a lidar com as diversidades presentes no seu meio, respeitando os direitos do outro.

Em relação ao currículo do Ensino Médio, com a Lei nº 13.415/2017, a LDB 9.394/1996 sofreu algumas mudanças. O currículo, supostamente, foi substituído por um “modelo diversificado e flexível” (BRASIL, 2018, p. 475). O artigo 36 da LDB 9.394/1996, após a instituição da referida Lei, passou a ter a seguinte redação:

Art.36. O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber:

I- linguagens e suas tecnologias;

II- matemáticas e suas tecnologias;

III- ciências da natureza e suas tecnologias;

IV- ciências humanas e sociais aplicadas;

V- formação técnica e profissional. (BRASIL, 1996)

Dessa maneira, para além de uma formação básica comum a todos os sistemas de ensino, os currículos do Ensino Médio devem conter itinerários formativos. Segundo a BNCC, esses itinerários formativos são uma forma de flexibilizar o ensino, possibilitando aos estudantes escolherem focar em uma área do conhecimento ou na formação técnica e profissional. Além disso, os itinerários formativos devem considerar a realidade dos alunos de cada sistema de ensino, promovendo uma proximidade do jovem aluno com a sua realidade.

No que diz respeito à área de Linguagens e suas Tecnologias, a BNCC busca ampliar as aprendizagens do Ensino Fundamental, garantindo os direitos linguísticos aos diferentes povos brasileiros. No Ensino Médio os jovens tendem a criar uma maior autonomia e criticidade. Por isso, nessa época da vida os estudantes conseguem se manifestar por linguagens diversas, seja pela música, dança, escrita, moda, etc. Assim, as Linguagens e suas Tecnologias, no Ensino Médio, têm a intenção de refletir sobre as diversas linguagens existentes (corporais, verbais, artísticas, Libras) que são tratadas pelos componentes Arte, Educação Física, Língua Portuguesa e Língua Inglesa.

A Arte é um conhecimento voltado para o desenvolvimento da criatividade e da reflexão nos estudantes por meio de estudos e pesquisas estéticas, poéticas, sociais e culturais. Além disso, por meio da Arte, os estudantes constituirão um espaço de respeito e conhecimento das diversidades culturais. Ao longo do estudo desse componente, os jovens estudantes deverão ter contato com as diversas culturas e saberes, especialmente aqueles (as) que formam e formaram a sociedade brasileira, como as de matrizes indígena e africana. Como podemos ver, no componente da Arte, a BNCC preza por uma educação que mostre aos alunos as mais diversas culturas, respeitando as diversidades existentes.

Em Educação Física, os estudantes deverão explorar o movimento em práticas corporais de diferentes grupos culturais, analisando os discursos associados a elas. Por meio dessas práticas, “os sujeitos poderão analisar e transformar suas práticas corporais tomando e sustentando decisões éticas, conscientes e reflexivas em defesa dos direitos humanos e dos valores democráticos”. (BRASIL, 2018, p. 484)

Já em relação a Língua Inglesa, ela se mostra como ferramenta de integração e aproximação dos estudantes com outros grupos multiculturais do mundo, visto que o inglês é um idioma comum para a interação. Além disso, o ensino da Língua Inglesa também permite “aos estudantes explorar a presença da multiplicidade de usos da língua inglesa na cultura digital, nas culturas juvenis e em estudos e pesquisas”. (BRASIL, 2018, p. 484)

O componente da Língua Portuguesa se mostra como ferramenta importante para o desenvolvimento de habilidades para lidar com a diversidade em todos os seus aspectos. A BNCC de Língua Portuguesa para o Ensino Médio busca aprimorar as aprendizagens e habilidades do Ensino Fundamental. Entre os pontos que devem ser levados em conta estão a ampliação do repertório dos estudantes, considerando a diversidade cultural e a inclusão de obras literárias indígena, africana e latino-americana.

Em relação aos campos de atuação social da Língua Portuguesa, a BNCC afirma o compromisso dos Direitos Humanos perpassar por todos os campos. No campo da vida pessoal, a habilidade que merece ser destacada entre as existentes é a EM13LP20 que menciona:

Compartilhar gostos, interesses, práticas culturais, temas/ problemas/questões que despertam maior interesse ou preocupação, respeitando e valorizando diferenças, como forma de identificar afinidades e interesses comuns, como também de organizar e/ou participar de grupos, clubes, oficinas e afins. (BRASIL, 2018, p. 511)

No campo de atuação na vida pública, o interesse é consolidar habilidades voltadas para a atuação política e social, criando consciência dos direitos e deveres dos cidadãos. Nesse campo, conseguimos ver uma relação estreita com a ideia de Reconhecimento na esfera jurídica, proposta por Honneth. Na esfera jurídica, o reconhecimento é baseado na consciência que o indivíduo possui de ter seus direitos garantidos e no respeito aos direitos dos outros, por meio das normas efetivas que existem para promover a garantia dos direitos dos indivíduos e de cada grupo social.

As habilidades que merecem destaque nesse campo são:

(EM13LP24) Analisar formas não institucionalizadas de participação social, sobretudo as vinculadas a manifestações artísticas, produções culturais, intervenções urbanas e formas de expressão típica das culturas juvenis que pretendam expor uma problemática ou promove uma reflexão/ação, posicionando-se em relação a essas produções e manifestações.

(EM13LP26) Relacionar textos e documentos legais e normativos de âmbito universal, nacional, local ou escolar que envolvam a definição de direitos e deveres – em especial, os voltados a adolescentes e jovens – aos seus contextos de produção, identificando ou inferindo possíveis motivações e finalidades, como forma de ampliar a compreensão desses direitos e deveres.

(EM13LP27) Engajar-se na busca de solução para problemas que envolvam a coletividade, denunciando o desrespeito a direitos, organizando e/ou participando de discussões, campanhas e debates, produzindo textos reivindicatórios, normativos, entre outras possibilidades, como forma de fomentar os princípios democráticos e uma atuação pautada pela ética da responsabilidade, pelo consumo consciente e pela consciência socioambiental. (BRASIL, 2018, p. 514)

O campo das práticas de estudo e pesquisa é voltado para as práticas de leitura, escuta, produção de textos e análise linguística. No entanto, a BNCC apresenta esse campo de forma rasa, sem entrar na importância da reflexão crítica para as práticas que o campo sugere. Apesar disso, uma das habilidades tem o intuito de desenvolver nos estudantes a compreensão crítica de textos de diversas áreas e conteúdos.

(EM13LP31) Compreender criticamente textos de divulgação científica orais, escritos e multissemióticos de diferentes áreas do conhecimento, identificando sua organização tópica e a hierarquização das informações, identificando e descartando fontes não confiáveis e problematizando enfoques tendenciosos ou superficiais. (BRASIL, 2018, p. 517)

Em contraposição com o campo das práticas de estudo e pesquisa, o campo jornalístico-midiático é apresentado na BNCC como uma forma dos jovens estudantes desenvolverem um pensamento e um posicionamento críticos, ao lidarem com as mais diversas informações e opiniões que estão presentes nos meios jornalísticos e midiáticos. Algumas das habilidades desse campo podem ilustrar a importância da criticidade:

(EM13LP36) Analisar os interesses que movem o campo jornalístico, os impactos das novas tecnologias digitais de informação e comunicação e da *Web 2.0* no campo e as condições que fazem da informação uma mercadoria e da checagem de informação uma prática (e um serviço) essencial, adotando atitude analítica e crítica diante dos textos jornalísticos.

(EM13LP37) Conhecer e analisar diferentes projetos editoriais – institucionais, privados, públicos, financiados, independentes etc. –, de forma a ampliar o repertório de escolhas possíveis de fontes de informação e opinião, reconhecendo o papel da mídia plural para a consolidação da democracia.

(EM13LP38) Analisar os diferentes graus de parcialidade/imparcialidade (no limite, a não neutralidade) em textos noticiosos, comparando relatos de diferentes fontes e analisando o recorte feito de fatos/dados e os efeitos de sentido provocados pelas escolhas realizadas pelo autor do texto, de forma a manter uma atitude crítica diante dos textos jornalísticos e tornar-se consciente das escolhas feitas como produtor.

(EM13LP39) Usar procedimentos de checagem de fatos noticiados e fotos publicadas (verificar/avaliar veículo, fonte, data e local da publicação, autoria, URL, formatação; comparar diferentes fontes; consultar ferramentas e *sites* checadores etc.), de forma a combater a proliferação de notícias falsas (*fake news*).

(EM13LP40) Analisar o fenômeno da pós-verdade – discutindo as condições e os mecanismos de disseminação de *fake news* e também exemplos, causas e consequências desse fenômeno e da prevalência de crenças e opiniões sobre fatos –, de forma a adotar atitude crítica em relação ao fenômeno e desenvolver uma postura flexível que permita rever crenças e opiniões quando fatos apurados as contradisserem.

(EM13LP41) Analisar os processos humanos e automáticos de curadoria que operam nas redes sociais e outros domínios da internet, comparando os *feeds* de diferentes páginas de redes sociais e discutindo os efeitos desses modelos de curadoria, de forma a ampliar as possibilidades de trato com o diferente e minimizar o efeito bolha e a manipulação de terceiros.

(EM13LP42) Acompanhar, analisar e discutir a cobertura da mídia diante de acontecimentos e questões de relevância social, local e global, comparando diferentes enfoques e perspectivas, por meio do uso de ferramentas de curadoria (como agregadores de conteúdo) e da consulta a serviços e fontes de checagem e curadoria de informação, de forma a aprofundar o entendimento sobre um determinado fato ou questão, identificar o enfoque preponderante da mídia e manter-se implicado, de forma crítica, com os fatos e as questões que afetam a coletividade.

(EM13LP43) Atuar de forma fundamentada, ética e crítica na produção e no compartilhamento de comentários, textos noticiosos e de opinião, memes, *gifs*, remixes variados etc. em redes sociais ou outros ambientes digitais. (BRASIL, 2018, p. 521-522)

No campo artístico-literário, a BNCC mostra sua intenção de desenvolver nos estudantes uma criticidade frente a arte, para que eles possam reconhecer na arte formas de crítica cultural e política e as visões de mundo que nela possam ser expressas. Além disso, no Ensino Médio, os jovens devem ter contato de forma mais aprofundada com a literatura africana, indígena, afro-brasileira, etc., para mostrar a importância dessas literaturas na sociedade brasileira e do multiculturalismo da sociedade.

Algumas habilidades merecem destaque para ilustrar essas intenções:

(EM13LP46) Compartilhar sentidos construídos na leitura/escuta de textos literários, percebendo diferenças e eventuais tensões entre as formas pessoais e as coletivas de apreensão desses textos, para exercitar o diálogo cultural e aguçar a perspectiva crítica.

(EM13LP47) Participar de eventos (saraus, competições orais, audições, mostras, festivais, feiras culturais e literárias, rodas e clubes de leitura, cooperativas culturais, jograis, repentes, *slams* etc.), inclusive para socializar obras da própria autoria (poemas, contos e suas variedades, roteiros e microrroteiros, videominutos, *playlists* comentadas de música etc.) e/ou interpretar obras de outros, inserindo-se nas diferentes práticas culturais de seu tempo.

(EM13LP51) Selecionar obras do repertório artístico-literário contemporâneo à disposição segundo suas predileções, de modo a constituir um acervo pessoal e dele se apropriar para se inserir e intervir com autonomia e criticidade no meio cultural.

(EM13LP52) Analisar obras significativas das literaturas brasileiras e de outros países e povos, em especial a portuguesa, a indígena, a africana e a latino-americana, com base em ferramentas da crítica literária (estrutura da composição, estilo, aspectos discursivos) ou outros critérios relacionados a diferentes matrizes culturais, considerando o contexto de produção (visões de mundo, diálogos com outros textos, inserções em movimentos estéticos e culturais etc.) e o modo como dialogam com o presente. (BRASIL, 2018, p. 525-526)

Como se percebe, a BNCC da área de Linguagens e suas Tecnologias é formada por componentes que prezam por uma educação igualitária e que trabalhe as diversidades sociais.

O conceito de Reconhecimento, exposto por Axel Honneth, trata justamente desse olhar sobre o outro. Quando a escola se preocupa em trabalhar com as diversas culturas e com a realidade dos jovens, o Reconhecimento está sendo efetivado. Olhar para o outro e entendê-lo é uma forma de reconhecimento, de dar voz a esse outro.

Para entendermos melhor a relação entre a área de Linguagens e suas Tecnologias e a Teoria do Reconhecimento vale mencionar os campos de atuação social dessa área. São eles o campo da vida pessoal, das práticas de estudo e pesquisa, o jornalístico-midiático, da vida pública e o artístico. Para ilustrarmos a nossa discussão, mencionaremos os campos da vida pessoal e o artístico:

O campo da vida pessoal organiza-se de modo a possibilitar uma reflexão sobre as condições que cercam a vida contemporânea e a condição juvenil no Brasil e no mundo e sobre temas e questões que afetam os jovens. As vivências, experiências, análises críticas e aprendizagens propostas nesse campo podem se constituir como suporte para os processos de construção de identidade e de projetos de vida, por meio do mapeamento e do regate de trajetórias, interesses, afinidades, antipatias, angústias, temor, etc., que possibilitam uma ampliação de referências e experiências culturais diversas e do conhecimento sobre si. (Grifos do autor. BRASIL, 2018, p. 488)

No campo da vida pessoal o jovem se torna o centro da atenção, juntamente com suas vivências e individualidades. Nesse momento, o jovem se torna reconhecido, pois ele recebe a atenção do outro, o olhar do outro sobre si e sobre sua condição.

Já no campo artístico os estudantes vão voltar seus olhares para as diversidades existentes na escola e na sociedade, como forma de reconhecer a identidade do outro.

O campo artístico é o espaço de circulação das manifestações artísticas em geral, contribuindo para a construção da apreciação estética, significativa para a constituição das identidades, a vivência de processos criativos, o reconhecimento da diversidade e da multiculturalidade e a expressão de sentimentos e emoções. Possibilita aos estudantes, portanto, reconhecer, valorizar, fruir e produzir tais manifestações com base em critérios estéticos e no exercício da sensibilidade. (BRASIL, 2018, p. 489)

Como podemos perceber, os campos de atuação social vão além do estudo mecânico das Linguagens e suas Tecnologias, pois envolveriam o estudo, a sensibilidade e a reflexão sobre o diferente, ou melhor, sobre as múltiplas faces da nossa sociedade.

As competências específicas de Linguagens e suas Tecnologias, para o Ensino Médio, reforçam como essa área está envolvida em compreender e refletir sobre as diversidades culturais e linguísticas da nossa sociedade, prezando por uma educação democrática e igualitária. Algumas competências merecem destaque por se relacionarem de forma estreita com nossa discussão acerca do Reconhecimento (BRASIL, 2018, p. 490):

2. Compreender os processos identitários, conflitos e relações de poder que permeiam as práticas sociais de linguagem, respeitando as diversidades e a pluralidade de ideias e posições, e atuar socialmente com base em princípios e valores assentados na democracia, na igualdade e nos Direitos Humanos, exercitando o autoconhecimento, a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, e combatendo preconceitos de qualquer natureza.
3. Utilizar diferentes linguagens (artísticas, corporais e verbais) para exercer, com autonomia e colaboração, protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva, de forma crítica, criativa, ética e solidária, defendendo pontos de vista que respeitem o outro e promovam os Direitos Humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável, em âmbito local, regional e global.
4. Compreender as línguas como fenômeno (geo)político, histórico, cultural, social, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso, reconhecendo suas variedades e vivenciando-as como formas de expressões identitárias, pessoais e coletivas, bem como agindo no enfrentamento de preconceitos de qualquer natureza.
5. Compreender os processos de produção e negociação de sentidos nas práticas corporais, reconhecendo-as e vivenciando-as como formas de expressão de valores e identidades, em uma perspectiva democrática e de respeito à diversidade.
6. Apreciar esteticamente as mais diversas produções artísticas e culturais, considerando suas características locais, regionais e globais, e mobilizar seus conhecimentos sobre as linguagens artísticas para dar significado e

(re)construir produções autorais individuais e coletivas, exercendo o protagonismo de maneira crítica e criativa, com respeito à diversidade de saberes, identidades e culturas.

Outra área de conhecimento da BNCC do Ensino Médio é a de Matemática e suas tecnologias. Tal área “propõe a consolidação, a ampliação e o aprofundamento das aprendizagens essenciais desenvolvidas no Ensino Fundamental”. (BRASIL, 2018, p. 527) Como objetivos gerais da área, a BNCC apresenta a importância do ensino da Matemática se apropriar das diferentes realidades dos alunos e, também, de por meio das competências específicas da área promover o respeito às opiniões alheias entre os alunos.

As competências específicas da Matemática e suas Tecnologias visam, além do desenvolvimento da cognição dos alunos, ao desenvolvimento de atitudes de autoestima e de respeito ao outro.

A competência específica 1, como o próprio documento enuncia, é bastante ampla. Mas, ela envolve habilidades que pretendem alcançar a interpretação e a compreensão das realidades por parte dos estudantes. Entre as habilidades, merece destaque a EM13MAT104: “Interpretar taxas e índices de natureza socioeconômica (índice de desenvolvimento humano, taxas de inflação, entre outros), investigando os processos de cálculo desses números, para analisar criticamente a realidade e produzir argumentos” (BRASIL, 2018, p. 533).

A competência específica 2 é muito importante para nossa discussão pois ela envolve a tomada de decisões éticas na busca de resolução de problemas. Como o documento apresenta:

O desenvolvimento dessa competência específica prevê ainda que os estudantes possam identificar aspectos consensuais ou não na discussão tanto dos problemas investigados como das intervenções propostas, com base em princípios solidários, éticos e sustentáveis, valorizando a diversidade de opiniões de grupos sociais e de indivíduos e sem quaisquer preconceitos. Nesse sentido, favorece a interação entre os estudantes, de forma cooperativa, para aprender e ensinar Matemática de forma significativa.

Para o desenvolvimento dessa competência, deve-se também considerar a reflexão sobre os distintos papéis que a educação matemática pode desempenhar em diferentes contextos sociopolíticos e culturais, como em relação aos povos e comunidades tradicionais do Brasil, articulando esses saberes construídos nas práticas sociais e educativas. (BRASIL, 2018, p. 534)

Na competência específica 3, explicita-se a intenção de “utilizar estratégias, conceitos, definições e procedimentos matemáticos para interpretar, construir modelos e resolver problemas em diversos contextos”. (BRASIL, 2018, p. 535)

“As habilidades vinculadas a essa competência específica tratam da utilização das diferentes representações de um mesmo objeto matemático na resolução de problemas em vários contextos, como socioambientais e da vida cotidiana, tendo em vista que elas têm um papel decisivo na aprendizagem dos estudantes” (BRASIL, 2018, p. 538). Como podemos ver, na competência 4 também é proposto a busca por resoluções de problemas e formas de apresentar os resultados.

E, por fim, a competência 5 pressupõe um conjunto de habilidades voltadas para a investigação e formulação de explicações e argumentos a respeito de experiências empíricas. (BRASIL, 2018, p. 540)

Por meio dessas competências específicas pretende-se que os estudantes sejam contemplados por um currículo composto pelos seguintes temas: Números e Álgebra, Geometria e Medidas e Probabilidade e Estatística.

Apesar de associarmos a área de Matemática e suas Tecnologias com uma educação mais técnica e prática, com a apresentação da área pela BNCC vemos a preocupação do documento de envolver, também, no ensino da Matemática, uma educação voltada para o respeito às diferenças e o trabalho com as realidades dos jovens estudantes, mostrando a importância de reconhecer esses jovens em todos os seus aspectos.

A próxima área apresentada pela BNCC do Ensino Médio é a de Ciências da Natureza e suas tecnologias. Ela é composta por Biologia, Física e Química.

É importante destacar que aprender Ciências da Natureza vai além do aprendizado de seus conteúdos conceituais. Nessa perspectiva, a BNCC da área de Ciências da Natureza e suas Tecnologias – por meio de um olhar articulado da Biologia, da Física e da Química – define competências e habilidades que permitem a ampliação e a sistematização das aprendizagens essenciais desenvolvidas no Ensino Fundamental no que se refere: aos conhecimentos conceituais da área; à contextualização social, cultural, ambiental e histórica desses conhecimentos; aos processos e práticas de investigação e às linguagens das Ciências da Natureza. (BRASIL, 2018, p. 547)

Na definição das competências e habilidades da área foram definidas temáticas (conhecimentos conceituais) que articulassem os campos da Biologia, da Física e da Química. Os conhecimentos conceituais são compostos por Matéria e Energia, Vida e Evolução e Terra e Universo. Esses conhecimentos permitem aos estudantes investigarem situações problemáticas de diferentes contextos socioculturais, valorizar os conhecimentos dos povos tradicionais, analisar as relações entre ciência, tecnologia, sociedade e ambiente e explorar situações-problema envolvendo, também, as

diversidades étnica e cultural. Além disso, a área é apresentada pela BNCC pautada na importância da valorização de princípios éticos e da criticidade.

Para entendermos melhor a área de Ciências da Natureza e suas Tecnologias é necessário abordar suas competências específicas e habilidades.

A competência específica 1 tem por objetivo analisar fenômenos naturais e processos tecnológicos baseando-se no conhecimento conceitual de Matéria e Energia, com vistas a “propor ações individuais e coletivas que aperfeiçoem processos produtivos, minimizem impactos socioambientais e melhorem as condições de vida em âmbito local, regional e global”. (BRASIL, 2018, p. 554) Em relação às habilidades dessa competência, todas elas são voltadas para o uso da tecnologia priorizando o desenvolvimento sustentável e a preservação dos recursos naturais.

Entre as habilidades específicas da competência 2 merecem destaque a EM13CNT207 e EM13CNT208, pois elas são voltadas para a defesa de decisões éticas e responsáveis a partir do conhecimento conceitual da Vida e Evolução e da Terra e Universo. Como podemos ver:

(EM13CNT207) Identificar, analisar e discutir vulnerabilidades vinculadas às vivências e aos desafios contemporâneos aos quais as juventudes estão expostas, considerando os aspectos físico, psicoemocional e social, a fim de desenvolver e divulgar ações de prevenção e de promoção da saúde e do bem-estar.

(EM13CNT208) Aplicar os princípios da evolução biológica para analisar a história humana, considerando sua origem, diversificação, dispersão pelo planeta e diferentes formas de interação com a natureza, valorizando e respeitando a diversidade étnica e cultural humana. (BRASIL, 2018, p. 557)

As habilidades citadas falam da importância de discutir as questões sociais que fazem parte do meio social dos jovens. Além disso, elas também mencionam a relevância de entender a história humana a partir da evolução como forma de valorizar e respeitar as diversidades étnica e cultural.

Por fim, a competência específica 3 tem a intenção de promover a investigação de situações-problema utilizando o conhecimento científico e as linguagens das Ciências da Natureza para propor soluções considerando as demandas locais, regionais e globais.

(EM13CNT302) Comunicar, para públicos variados, em diversos contextos, resultados de análises, pesquisas e/ou experimentos, elaborando e/ou interpretando textos, gráficos, tabelas, símbolos, códigos, sistemas de classificação e equações, por meio de diferentes linguagens, mídias, tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC), de modo a participar e/ou promover debates em torno de temas científicos e/ou tecnológicos de relevância sociocultural e ambiental.

(EM13CNT305) Investigar e discutir o uso indevido de conhecimentos das Ciências da Natureza na justificativa de processos de discriminação, segregação e privação de direitos individuais e coletivos, em diferentes contextos sociais e históricos, para promover a equidade e o respeito à diversidade.

(EM13CNT310) Investigar e analisar os efeitos de programas de infraestrutura e demais serviços básicos (saneamento, energia elétrica, transporte, telecomunicações, cobertura vacinal, atendimento primário à saúde e produção de alimentos, entre outros) e identificar necessidades locais e/ou regionais em relação a esses serviços, a fim de avaliar e/ou promover ações que contribuam para a melhoria na qualidade de vida e nas condições de saúde da população. (BRASIL, 2018, p. 559-560)

Como podemos perceber, as habilidades citadas mostram a preocupação de usar os conhecimentos científicos para a preservação ambiental e a sustentabilidade, para discutir as diferenças sociais, no que diz respeito aos processos de discriminação e privação de direitos. Além disso, os conhecimentos científicos também são usados para investigar os programas de serviços básicos como forma de entender a importância de uma melhoria na qualidade de vida e nas condições de saúde da população.

A área de Ciências da Natureza e suas Tecnologias, apresentada pela BNCC, tem o intuito, no Ensino Médio, de usar o conhecimento científico para investigar e refletir sobre as desigualdades sociais e as diversidades humana e natural, valorizando essas diversidades. Dessa maneira, os jovens estudantes são chamados a pensarem sobre os problemas dos seus meios sociais.

A partir do momento em que a área das Ciências da Natureza propõe aos estudantes refletir sobre as discriminações sociais e a diversidade humana, ela está indo ao encontro da Teoria do Reconhecimento de Axel Honneth. Pois, por meio dessas atividades propostas, os estudantes passam a olhar para as diversas realidades que existem na sociedade e podem usar seus conhecimentos para pensar em formas de lutar pela garantia da igualdade social.

A outra área de conhecimento apresentada pela BNCC do Ensino Médio é a de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, formada por Filosofia, Sociologia, História e Geografia. A área, como o documento menciona:

É sempre orientada para uma formação ética. Tal compromisso educativo tem como base as ideias de justiça, solidariedade, autonomia, liberdade de pensamento e de escolha, ou seja, a compreensão e o reconhecimento das diferenças, o respeito aos direitos humanos e à interculturalidade, e o combate aos preconceitos de qualquer natureza. (BRASIL, 2018, p. 561)

Além disso, a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas é caracterizada pelas temáticas Tempo e espaço; Território e fronteira; Indivíduo, Natureza, Sociedade, Cultura

e Ética e Política e Trabalho. Essas temáticas se articulam para o desenvolvimento das competências específicas e suas habilidades.

As competências específicas 1 e 6, juntamente com suas habilidades, propõem refletir e posicionar criticamente em relação aos processos sociais (políticos, econômicos, ambientais e culturais). Para isso, sempre deve ser promovido o respeito às diferentes posições, como forma de desenvolver a criticidade e a autonomia dos jovens estudantes.

1. Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica.
6. Participar do debate público de forma crítica, respeitando diferentes posições e fazendo escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade. (BRASIL, 2018, p. 570)

As competências específicas 2 e 4 visam à análise da formação de territórios e fronteiras durante a história, compreendendo as relações de poder ao longo da história da sociedade. Além disso, analisar, também, as relações de trabalho, capital e produção nos vários territórios e culturas, para entender as transformações sociais.

2. Analisar a formação de territórios e fronteiras em diferentes tempos e espaços, mediante a compreensão das relações de poder que determinam as territorialidades e o papel geopolítico dos Estados-nações.
4. Analisar as relações de produção, capital e trabalho em diferentes territórios, contextos e culturas, discutindo o papel dessas relações na construção, consolidação e transformação das sociedades. (BRASIL, 2018, p. 570)

A competência específica 3 propõe a análise crítica das relações de diferentes grupos sociais com a natureza e os impactos resultantes dessas relações.

3. Analisar e avaliar criticamente as relações de diferentes grupos, povos e sociedades com a natureza (produção, distribuição e consumo) e seus impactos econômicos e socioambientais, com vistas à proposição de alternativas que respeitem e promovam a consciência, a ética socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional, nacional e global. (BRASIL, 2018, p. 570)

Por fim, a competência específica 5 visa ao combate e à identificação das diversas formas de violência, preconceito e injustiça, mostrando aos estudantes a importância de adotarem princípios democráticos, igualitários e inclusivos.

5. Identificar e combater as diversas formas de injustiça, preconceito e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos. (BRASIL, 2018, p. 570)

A área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas é a que mostra claramente a aproximação com as ideias acerca do Reconhecimento, de Honneth. Como vimos, a área se preocupa em estudar as diferenças sociais e a diversidade social. Isso faz com que os jovens estudantes do Ensino Médio reflitam criticamente sobre os temas que envolvem a área, enxergando a importância de todas as pessoas terem seus direitos garantidos e de vivermos em uma sociedade realmente democrática, igualitária e justa.

5. Conclusão

Ao analisarmos a nova Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Médio fica nítida a proximidade da mesma com a Teoria do Reconhecimento proposta por Axel Honneth. Como vimos, a BNCC, em suas áreas de conhecimento, propõe competências e habilidades voltadas para o ensino que preze as vivências dos jovens estudantes, mostrando-os a diversidade de culturas e saberes da nossa sociedade e a importância de respeitar todas essas diversidades.

A BNCC ao prezar por ideias de educação democrática, inclusiva e igualitária está se esbarrando no conceito de Reconhecimento. Pois, como sabemos, o Reconhecimento promove a formação genuína da identidade humana a partir do momento que o sujeito cria a consciência de si e busca o reconhecimento do outro para ter seus direitos garantidos e sua autonomia concreta. Dessa maneira, quando a BNCC afirma a importância de discutir as diversidades no ensino, de refletir sobre as realidades dos jovens estudantes, ela está estimulando esses estudantes a se reconhecerem e a reconhecerem os outros.

No entanto, o maior problema que conseguimos ver na nossa análise é que o discurso da BNCC apesar de se relacionar de maneira próxima à Teoria do Reconhecimento, não pensa na efetividade prática. Pois, como sabemos, a prática é diferente do discurso. Visto que na realidade nos deparamos com variáveis, pois a prática é muito ampla, rica e variada.

A BNCC apresenta as normas para o Ensino Médio pensando em uma aceitação plena pelos estudantes e educadores, como se o Reconhecimento fosse aceito e efetivo de maneira fácil. No entanto, na realidade existem barreiras para que esse processo de Reconhecimento seja efetivado. Muitas das vezes os estudantes podem não se reconhecer, ou não reconhecer os educadores ou os outros estudantes. E, da mesma forma, os educadores também podem ter dificuldades de se reconhecerem e/ou reconhecerem seus alunos. Por isso, como dito anteriormente, o discurso expresso é muito diferente da prática, pois a prática envolve fatores que o discurso não consegue mencionar. A sociedade é extremamente diversificada e o discurso não dá conta disso. Porém, apesar disso, o discurso, no nosso caso a BNCC, se mostra como ferramenta guia para pensarmos a prática.

Apesar de apresentarmos essa conexão entre a BNCC do Ensino Médio e a Teoria do Reconhecimento, é preocupante o “medo” que o documento parece ter de falar das minorias (mulheres, negros, pessoas com deficiências, LGBTQ+, etc.). O documento não

menciona a importância de estudar as questões de gênero na escola, por exemplo, ou habilidades voltadas para a inclusão dos deficientes físicos e mentais.

Ademais, é de extrema importância discutir sobre a presença do debate das diversidades e minorias nas escolas para que realmente haja mudanças significativas na forma como nossa sociedade é estruturada, visto que o ambiente escolar reflete a sociedade na qual está inserido e vice-versa. E, isso se dá por meio de uma educação humanizadora, que visa à autonomia do estudante e à liberdade do mesmo. Pois, assim, conseguiremos pensar na nossa sociedade como democrática, igualitária e inclusiva.

REFERÊNCIAS

- BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em: out. 2019.
- _____, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: out. 2019.
- BUNCHAFFT, Maria Eugênia. Habermas e Honneth: leitores de Mead. **Sociologias**, vol. 16, nº 36. Porto Alegre, mai/ago. 2014, p. 144-179.
- CARVALHO, Celso. **Os PCNs para o Ensino Médio: possibilidades e limites**. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 28, 2005, Caxambu. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/biblioteca/item/os-pcn-para-o-ensino-medio-possibilidades-e-limites>>. Acesso em: nov. 2019.
- FLICKINGER, Hans-Georg. Os graus do reconhecimento social. A crítica de um conceito chave a partir de G. W. F. Hegel. **Civitas**, vol. 8, nº 1. Porto Alegre, jan/abr. 2008, p. 80-93.
- GIOVINAZZO-JR., Carlos Antônio. **Formação no Ensino Médio, escola e juventude: preparar para quê?**. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 37, 2015, Florianópolis. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/biblioteca/item/formacao-no-ensino-medio-escola-e-juventude-preparar-para-que>>. Acesso em: nov. 2019.
- HEGEL, G. W. F. **Fenomenologia do Espírito**. Trad. de Paulo Meneses e Karl-Heinz Effen. 2 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1992.
- HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais**. Trad. de Luiz Repa. São Paulo: Editora 34, 2003.
- TAYLOR, Charles. A consciência de si. In: TAYLOR, Charles. **Hegel: sistema, método e estrutura**. Trad. de Nélcio Schneider. São Paulo: É Realizações, 2014. p. 176-198.
- TEIXEIRA, Anísio. Ciência e a arte de educar. In: TEIXEIRA, Anísio. **Educação e o mundo moderno**. 2ª ed. São Paulo: Nacional, 1977. p. 48-60.